



Projeto de Resolução n.º 837/XV/1.^a

Recomenda ao Governo, no âmbito do Dia Mundial da População, o reforço do trabalho em saúde sexual e reprodutiva, a capacitação das organizações não governamentais que atuam na área e o aumento da contribuição anual para o Fundo das Nações Unidas para a População

Exposição de motivos

Anualmente, a 11 de julho é celebrado o Dia Mundial da População com o objetivo de sensibilizar para as questões relacionadas com a população e, da mesma forma, reconhecer a importância das políticas demográficas no desenvolvimento socioeconómico dos países.

O crescimento contínuo da população mundial é um alerta para o aumento da urbanização e da migração. Este processo exige uma gestão sustentável para que não sejam agravadas questões como a desigualdade de género, a violência, a discriminação e as alterações climáticas.¹

No dia 11 de julho de 1987 foi atingido o número de cinco mil milhões de pessoas em todo o mundo, tendo sido, dois anos depois, criado, na Resolução 45/216 adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas de 21 de dezembro de 1990, o Dia Mundial da População, com o intuito de destacar a importância de todas as questões relacionadas com a população.

No dia 19 de abril de 2023, foi apresentado, na Assembleia da República, o relatório² do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), sobre a Situação da População Mundial em 2023, intitulado “8 mil milhões de vidas - infinitas possibilidades: assegurando direitos e escolhas”. Um relatório que “fornece um olhar diferenciado sobre as tendências da população mundial, salientando que foi ultrapassado o marco dos 8 mil milhões de pessoas, com dois

¹ [Dia Mundial da População | Eurocid - Informação europeia ao cidadão \(mne.gov.pt\)](https://mne.gov.pt)

² unfpa.org/sites/default/files/swop23/SWOP2023-ENGLISH-230329-web.pdf

terços a viver em locais onde as taxas de fertilidade desceram abaixo do "nível de substituição" de 2,1 nascimentos por mulher".³

O referido documento enfatiza a importância de abordar os atuais desafios demográficos de uma forma que respeite os direitos humanos e a dignidade, promova a igualdade de género e aborde as causas profundas da pobreza, da desigualdade e da degradação ambiental.

Informa, igualmente, que a população mundial deverá atingir os 8,5 mil milhões de habitantes até 2030, e os 9,7 mil milhões de habitantes até 2050, centrando as suas recomendações na necessidade de maiores investimentos, pelos países, em cuidados de saúde reprodutiva, abrangendo também a importância de adoção de políticas de mitigação da desigualdade de género, incluindo a promoção da educação das raparigas e o empoderamento económico das mulheres.

A desigualdade de género verifica-se em todos os setores, incluindo, até nas questões ambientais. Ainda que se trate de um fator que afeta toda a população, as alterações climáticas têm um impacto desproporcional na saúde e bem-estar das mulheres e raparigas, particularmente em países de baixo rendimento.

A "United Nations Populations Fund" definiu para 2023 o tema «o que as mulheres e as meninas querem tem importância».

Num total de 8 mil milhões de pessoas, 4 mil milhões de mulheres e raparigas são vítimas de discriminação com base exclusivamente no género. "A promoção da igualdade entre os géneros é uma solução transversal para muitos problemas demográficos. Nas sociedades envelhecidas que se preocupam com a produtividade do trabalho, alcançar a paridade de género na força de trabalho é a forma mais eficaz de melhorar a produção e o crescimento do rendimento. Entretanto, nos países que registam um rápido crescimento demográfico, a capacitação das mulheres através da educação e do planeamento familiar pode trazer enormes benefícios em termos de capital humano e de crescimento económico inclusivo".⁴

³ [Lançamento do Relatório sobre a Situação da População Mundial 2023 - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua \(instituto-camoes.pt\)](#)

⁴ [Dia Mundial da População | Eurocid - Informação europeia ao cidadão \(mne.gov.pt\)](#)

A saúde sexual e reprodutiva é um direito humano fundamental, reconhecido no direito internacional, europeu e nacional. A garantia ao acesso universal a serviços de saúde sexual e reprodutiva de qualidade é essencial para promover a igualdade de género, a autonomia das mulheres e o desenvolvimento sustentável. Investir nessa área contribui para a redução da pobreza, a melhoria da saúde materna e infantil e o fortalecimento dos sistemas de saúde.

Para o FNUAP, a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos são a base de igualdade de género, dignidade e oportunidade.⁵ No entanto, mais de 40% das mulheres em todo o mundo não podem exercer o seu direito de tomar decisões tão fundamentais como ter ou não filhos. “Empoderar mulheres e meninas, inclusive por meio da educação e do acesso à contracepção, é fundamental para dar apoio em suas aspirações e a traçar o caminho de suas próprias vidas. De acordo com esta agência da ONU, a solução é clara: acelerar o avanço da igualdade de género, por meio do acesso à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos, educação aprimorada, políticas trabalhistas apropriadas e normas equitativas no local de trabalho e em casa, resultará em famílias mais saudáveis, economias mais fortes e sociedades resilientes”.⁶

Nas palavras do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, “a nossa família humana está maior do que nunca. No entanto, os líderes estão a ficar lamentavelmente para trás nos esforços para a construção de um mundo pacífico e próspero para todos”.

Na mensagem por ocasião do Dia Mundial da População, António Guterres lembrou que estamos a meio caminho do prazo de 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e estes estão perigosamente fora de alcance. Veja-se a igualdade de género que está “a quase 300 anos de distância”. Acrescentando que a promoção da igualdade de género, a melhoria da saúde materna e a capacitação das mulheres para fazerem as suas próprias escolhas reprodutivas são, por si só, essenciais e fundamentais para alcançar todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Tal como referiu a Dr.^a Graça Campinos Poças, presidente da Associação P&D Factor, a propósito do Dia Mundial da População de 2022, não podemos “continuar a contar vitimas

⁵ [Dia Mundial da População reforça direitos de mulheres e meninas | ONU News](#)

⁶ *Idem*



de mortes e sofrimentos evitáveis por causas associadas à gravidez e ao parto, à ausência de medicamentos e tratamentos essenciais, às diferentes formas de violência e discriminação baseadas no género, incluindo a Violência Doméstica e Sexual, e práticas nefastas como a Mutilação Genital Feminina, às Uniões ou Casamentos Infantis, Precoces, Forçados ou Combinados, ao idadismo, às prioridades nos recursos que esquecem as jovens e as mulheres (de todas as idades e países), às guerras e conflitos que geram pobreza, migrações forçadas, à violação da autonomia corporal, à intolerância política e religiosa”.⁷

Por tudo isto, é necessário que as organizações não-governamentais (ONG), que desempenham um papel essencial na implementação de programas e projetos relacionados com este direito e todas as suas repercussões, e atuam na promoção da educação e serviços de qualidade, atendendo às necessidades das populações vulneráveis, na sensibilização e informação, vejam o seu trabalho devidamente reconhecido. Consequentemente, é essencial aumentar os recursos financeiros disponíveis para estas organizações, permitindo que ampliem os seus programas e, assim, o seu alcance e consigam continuar a desenvolver o seu trabalho capacitados para o mesmo.

O FNUAP desempenha um papel fundamental na promoção da saúde sexual e reprodutiva em todo o mundo, apoiando programas de planeamento familiar, saúde materna, combate à violência de género e empoderamento das mulheres. Aumentar a contribuição anual para este fundo é uma forma concreta de demonstrar o compromisso do Governo para com a promoção da saúde sexual e reprodutiva globalmente.

Nestes termos, a abaixo assinada Deputada Única do Pessoas-Animais-Natureza, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

- 1 - Reconheça a importância do Dia Mundial da População, celebrado em 11 de julho, e a necessidade de promover a saúde sexual e reprodutiva em todo o mundo;

⁷ [Dia Mundial da População 2022 e 10º aniversário da Associação P&D Factor \(popdesenvolvimento.org\)](http://popdesenvolvimento.org)



2 - Proceda ao reforço do trabalho em saúde sexual e reprodutiva, por meio da implementação de políticas públicas eficazes, que promovam o acesso universal a serviços de qualidade e garantam o respeito aos direitos sexuais e reprodutivos de todas as pessoas;

3 - Reforce os recursos financeiros destinados às organizações não-governamentais que atuam na área da população e desenvolvimento, a fim de fortalecer as suas capacidades e expandir os seus programas de saúde sexual e reprodutiva, especialmente para as populações mais vulneráveis e marginalizadas.

4 - Aumente a contribuição anual para o Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), como forma de fortalecer o apoio aos programas globais de saúde sexual e reprodutiva, prevenção de doenças, igualdade de género e empoderamento das mulheres;

6 - Monitorize a implementação das medidas adotadas e avalie periodicamente os progressos alcançados na promoção da saúde sexual e reprodutiva.

Assembleia da República, Palácio de São Bento, 11 de julho de 2023

A Deputada,

Inês de Sousa Real